

A ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO

SOLIDARY ECONOMY AS A COOPERATION AND SELF-MANAGEMENT INSTRUMENT

LA ECONOMÍA SOLIDARIA COMO INSTRUMENTO DE COOPERACIÓN Y AUTOGESTIÓN

Caroline Rodrigues Alves¹
Gisele Carneiro²

Resumo

O presente artigo foi realizado como parte das atividades do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e teve como objetivo abordar brevemente a economia solidária: origem, formas como se apresenta e a relação com o Serviço Social.

Palavras-chave: Economia solidária. Cooperativismo. Autogestão. Desigualdade social.

Abstract

This article was carried out as part of the activities of the Solidarity Economy Research Group and it aimed to briefly address the solidarity economy: origin, ways in which it is presented and its relationship with Social Work.

Keywords: Solidarity economy. Cooperativism. Self-management. Social inequality.

Resumen

El presente artículo se elaboró como parte de las actividades del grupo de Investigación sobre Economía Solidaria y tuvo como objetivo tratar brevemente la economía solidaria: su origen, formas como se presenta y su relación con el Trabajo Social.

Palabras-clave: Economía solidaria. Cooperativismo. Autogestión. Desigualdad Social.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar a economia solidária e a relação existente entre esta forma de trabalho associativo, com o Serviço Social. Pairam muitas dúvidas, sobretudo no meio acadêmico, sobre o que vem a ser economia solidária. Não raro, associa-se a ela a ideia de que se constituiria em práticas de caridade e filantropia, construídas para atenuar as sequelas da questão social, o que não representa a realidade.

Observa-se expressivo e crescente número de empreendimentos de economia solidária no Brasil, nos últimos anos. Ao mesmo tempo, o Serviço Social tem demonstrado interesse

¹ Estudante do Curso de Serviço Social – Centro Universitário Internacional UNINTER- Curitiba/PR; Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Participação Popular no Orçamento Público e Economia Solidária da UNINTER sob Orientação do Professor Doutor Rodolfo dos Santos Silva.

² Assistente Social, Pós-graduada em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Direito Cooperativo pela UFPR.

pelo tema, e se faz presente tanto no debate teórico-acadêmico como no exercício profissional. Portanto, identificamos como fundamental a abordagem de tal temática.

Iniciamos esclarecendo o que é a economia solidária: histórico, como ela se manifesta, quem são os atores envolvidos. Abordamos o movimento cooperativista que teve origem no século XIX na Europa, e cujos princípios vigoram até a atualidade; analisamos a economia solidária hoje, com realce no cooperativismo desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que se destaca na produção de alimentos agroecológicos e orgânicos.

Abordamos aquele que consideramos o princípio central da economia solidária: a *autogestão*, que demarca a especificidade destes experimentos econômicos.

Em um segundo momento, visando contextualizar a economia solidária no Brasil, apresentamos de forma sucinta como surgiu, seus atores, número de empreendimentos e de participantes – de acordo com o mapeamento de empreendimentos solidários que foi publicado em 2016.

Finalmente, abordamos a relação entre o Serviço Social e a economia solidária, na busca por contribuir com o debate, na construção do conhecimento e nas intervenções profissionais.

2 Economia solidária

Economia solidária é termo cunhado no Brasil para designar práticas econômicas que se contrapõem às manifestações do capitalismo.

Segundo Santos (2002), há três principais características intrínsecas à economia capitalista, que são alvo de crítica e impulsionam a construção de *outra* forma de economia. A primeira crítica se relaciona à *desigualdade de recursos e de poder* que o modo de produção capitalista produz ao subordinar o trabalho ao capital e ao promover a apropriação privada de bens públicos – o que acarreta profunda assimetria social. A segunda crítica se funda na *concorrência*, que engendra formas degeneradas de sociabilidade e confronto social desigual. A terceira crítica condiz com a *destruição da natureza*, promovida pela ambição ilimitada que leva à pilhagem de recursos naturais.

Tais críticas impulsionam, segundo Santos (2002), a buscar formas “não capitalistas” de produção e reprodução da vida e aí se inscrevem o cooperativismo e demais experiências econômicas fundadas na cooperação, distribuição equitativa de recursos e de poder e cuidado com a natureza.

Há várias formas como a economia solidária pode se manifestar, e podemos citar: (a) cooperativas autênticas (aquelas que são fiéis aos princípios do cooperativismo); (b) feiras solidárias, (c) coletivos de produção, de prestação de serviços e de consumo; (d) trocas solidárias; (e) bancos comunitários (f) empresas recuperadas – entre outros experimentos.

O princípio que delimita a economia solidária de outras experiências coletivas é a *autogestão*, que se relaciona com a ausência de relações de subordinação, e poder compartilhado. Marx (1986) pensava em uma sociedade futura como “autogoverno dos produtores associados”. Guillerm e Bourdet (1976, p. 30-31) definem como autogestão: “(...) manipulação, sem intermediários e em todos os níveis, de todos os seus negócios, por todos os homens”. Ampliando tal concepção, Nascimento (2001) defende que na autogestão se deve levar em conta todas as dimensões da vida em sociedade. Autogestão, nas palavras deste autor, significa “(...) uma nova estrutura social caracterizada por uma igualdade real e não formal; uma nova cultura que brotará do próprio povo (...)”.

Segundo o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (2016, n.p.):

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles que tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados.

Na definição acima, simples e objetiva, defende-se de forma precisa que a economia deve estar a serviço da *vida* e não do lucro; ademais, ressalta-se o princípio da autogestão como linha demarcatória entre o empreendimento de economia solidária e a empresa capitalista.

3 Raízes da Economia Solidária

Trabalho cooperado, coletivo e autogestionário sempre existiu na história da humanidade. No entanto, costuma-se situar a origem da economia solidária nas lutas da classe trabalhadora contra o capital, na Europa, ou seja: a economia solidária teria surgido com o capitalismo, como resistência à exploração e ao tipo específico de sociabilidade que lhe é característico, e o tem acompanhado como uma *sombra*, conforme menciona Singer (2000, p.13).

Na história, encontramos referências de resistência ao modo de produção capitalista que podem ser consideradas raízes da economia solidária. Destacamos o movimento cooperativista e o movimento anarquista.

O movimento anarquista, originário da Europa, questiona enfaticamente as relações de poder e o culto às figuras de autoridade. Segundo esta concepção, seres humanos necessitam liberdade e autogoverno, ou seja: gozar de autonomia e participar de todas as decisões que lhes dizem respeito, não transferindo o controle de suas vidas a terceiros (representação política). Anarquistas fundaram escolas libertárias para que desde tenra idade, crianças pudessem “funcionar” em liberdade.² (BANCAL, s/d)

O movimento cooperativista, também de origem europeia, é a outra referência de economia solidária. Construiu princípios orientadores e conta, até os dias de hoje, com inúmeras cooperativas fiéis a tais princípios, que fazem parte do que denominamos economia solidária. A seguir, apresentaremos um breve resgate histórico do cooperativismo.

4 Breve história do Cooperativismo

O capitalismo industrial gerou um amedrontador empobrecimento dos artesãos, causado pela disseminação das máquinas e das fábricas. A Grã-Bretanha foi o berço da Revolução Industrial, antecedida pela expulsão dos camponeses dos feudos, que culmina no proletariado moderno (SINGER, 2002).

A exploração da força de trabalho nas fábricas era desumana, as jornadas de trabalho eram exaustivas e até mesmo crianças trabalhavam, e em locais insalubres³. Situação denunciada por Marx e Engels (2008, p. 19): “(...) trabalhadores que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência e todas as turbulências do mercado”.

Fatores como as longas jornadas de trabalho, que geravam o esgotamento físico e emocional de trabalhadores, promoviam o seu debilitamento e, conseqüentemente, faziam com que a produtividade não se elevasse. Observando tal situação, alguns industriais da época passaram a sugerir leis de proteção ao proletário (SINGER, 2002).

O britânico Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil na Escócia, ganhou notoriedade pela forma como tratava os trabalhadores. Owen decidiu impor limite para as

² Ver a obra *Liberdade sem Medo* de A.S. Neil, referenciada neste artigo. Trata de uma escola libertária denominada Summerhill que ainda está ativa nos dias de hoje. Há muitas escolas libertárias no Brasil e no mundo. No Brasil, temos a Escola Municipal de Ensino Amorim Lima, em São Paulo.

³ A exploração, inclusive envolvendo crianças, sobrevive com vigor nos dias de hoje, em todo o mundo, sob novas roupagens.

jornadas de trabalho e proibiu o emprego de crianças que, ao seu ver, necessitavam de escolas. Houve, assim, aumento da produtividade. Owen ficou conhecido como filantropo por essas medidas (SINGER, 2002).

Em 1917, Owen idealizou as *aldeias cooperativas*, espaços nos quais as pessoas trabalhariam em cooperação e solidariedade, provendo o próprio sustento. Nas *Aldeias Cooperativas*, poderiam viver em média 1.200 pessoas trabalhando com a terra ou em indústrias, mantendo assim a sua subsistência. Os excedentes poderiam ser trocados entre elas. Desenvolvendo cálculos minuciosos, Owen percebeu que haveria economia de recursos, pois participantes das “aldeias cooperativas” se autossustentariam por meio de sua produção, sem necessidade de subsídios, permitindo-se assim, economia de recursos dos cofres públicos e ressarcimento de fundos gastos com as famílias em situação de vulnerabilidade. Owen encontrou resistência na implementação de seu plano porque, para as classes dominantes, teria se tornado evidente que se colocaria em questão o próprio modo de produção capitalista, que se sustenta por meio da exploração do trabalho e da concentração de renda e de poder. No entanto, o pensamento de Owen inspirou e inspira até os dias de hoje o movimento cooperativista (SINGER, 2002).

Além da experiência acima descrita, de Owen, outros experimentos de autogestão aconteceram na história e registramos aqui os Falanstérios⁴, idealizados por Fourier e a importante experiência da Comuna de Paris, quando a cidade francesa foi governada por trabalhadores em autogestão. As ideias e práticas de Proudhon, Fourier, Enrico Malatesta, Saint-Simon, entre outros, se constituíram em fonte de inspiração para a hoje denominada Economia Solidária, junto com Owen (SINGER, 2002).

5 A primeira cooperativa

Surgiu em 1844 em Rochdale, no norte da Inglaterra, a *Sociedade dos Pioneiros de Rochdale*, chamada “mãe das cooperativas”. Atuante no setor têxtil, foi criada por 28 integrantes. Esta cooperativa idealizou os princípios universais do cooperativismo, que na época eram os seguintes:

- (1) Nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa;
- (2) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”;
- (3) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa;
- (4) as sobras seriam divididas entre os

⁴ Os Falanstérios, idealizados por Charles Fourier, seriam habitações comunitárias nas quais as pessoas viveriam em harmonia, desenvolvendo atividades pelas quais tivessem apreço.

membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; (5) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; (6) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); (7) as cooperativas se empenhariam na educação cooperativa; (8) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002, p. 39-40).

Os sete princípios atuais do Cooperativismo foram inspirados naqueles idealizados pelos Pioneiros de Rochdale e aperfeiçoados. Abaixo, os apresentamos:⁵

1. Adesão livre e voluntária;
2. Gestão democrática pelos membros;
3. Participação econômica dos associados;
4. Autonomia e interdependência;
5. Educação, formação e informação;
6. Intercooperação (cooperação entre cooperativas);
7. Interesse pela comunidade.

Importante destacar que nem todas as cooperativas podem ser inseridas no grande “guarda-chuva” da economia solidária. Singer (2000) advertia que há muitas cooperativas “degeneradas”, ou seja: empreendimentos econômicos constituídos formalmente como cooperativas, mas não convergentes com os princípios do cooperativismo.

A seguir, abordaremos a economia solidária no Brasil, com ênfase no cooperativismo desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

6 Economia solidária no Brasil

No Brasil, as ideias anarquistas e cooperativistas chegaram por meio de imigrantes europeus que vieram para este país incentivados pelas classes dominantes brasileiras, no final do século XIX. As elites do nosso país visavam contratar o trabalho de europeus, pois com a abolição da escravatura, alegava-se a carência de mão de obra para o trabalho antes desenvolvido pelos escravos. Embutia-se nesta justificativa a busca pelo “branqueamento do Brasil”, dada a exaltação do fenótipo europeu, considerado superior, em detrimento do africano. Tendo em vista o grande número de escravos negros libertos, temia-se que houvesse predominância de população negra (HOFBAUER, 2011).

A resistência operária, que era forte na Europa, inspirada por ideias comunistas, anarquistas e socialistas, atravessou os oceanos e se juntou à resistência indígena e negra que

⁵ Aliança Cooperativa Internacional – disponível no link <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/> Acesso em 22 de abril de 2019.

já ocorria no Brasil desde a colonização, na luta por direitos. Surgia o cooperativismo no Brasil, no início do século XX.

O termo “economia solidária” foi cunhado no Brasil na década de 1990 e tem sido adotado por muitos outros países. Anterior a este período, na década de 1980, houve fomento, por parte da Caritas (associação ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), da criação de projetos de geração de trabalho e renda para grupos que se organizavam para produzir e comercializar de forma coletiva. Eram os PACS (Projetos Alternativos Comunitários), espalhados em todo o Brasil, tanto no meio rural como no urbano. Alguns projetos se diluíram com o tempo, mas outros conseguiram êxito, consolidando-se financeiramente e já se inscrevendo na perspectiva da economia solidária. Entre eles, mencionamos o cooperativismo agrícola em áreas de reforma agrária (SINGER, 2002).

Empresas recuperadas se constituem em outra modalidade de economia solidária, impulsionada no início da década de 1990: empresas falidas ou prestes a falir foram assumidas por empregados que ali atuavam e transformadas em cooperativas ou empresas autogestionárias. Experiência significativa, nesta modalidade de economia solidária, foi a criação da ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária—, que surgiu a partir da falência da empresa de calçados Makerli, de Franca, no Estado de São Paulo, em 1991 (SINGER, 2002, p. 122-123).

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) surgem na década de 1990 e se constituem em importante apoio e fomento à economia solidária. São entidades universitárias que assessoram empreendimentos, promovem formações, atuam com comunicação, articulação e organização. Muitas dão apoio jurídico-legal. Normalmente, no corpo dessas incubadoras, estão professores universitários, graduandos, pós-graduados e funcionários pertencentes a diversas áreas do saber e que têm interesse na economia solidária (SINGER, 2002, p. 123).

Há inúmeras outras modalidades de empreendimentos, entidades de apoio e organizações que impulsionaram e continuam a favorecer o crescimento da economia solidária no Brasil na atualidade.

No ano de 2003 foi criada a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, após intensa mobilização de movimentos e atores sociais que se articularam, especialmente nas primeiras edições do Fórum Social Mundial: 2001 e 2002, em Porto Alegre. Também em 2003 foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. O

Governo Federal passou a incorporar demandas da economia solidária e a ela promoveu destinação de orçamento próprio. Aconteceram três conferências nacionais de economia solidária nos anos de 2006, 2010 e 2014, respectivamente. Vários estados e municípios do Brasil construíram marco legal da economia solidária, mas a lei nacional ainda está em tramitação.⁶

Foi criado um Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e dois mapeamentos de empreendimentos econômicos solidários no Brasil: o primeiro em 2007 e o segundo em 2016.

O segundo mapeamento, realizado em 2016, apontou a existência de 19.708 empreendimentos solidários em todo o Brasil, envolvendo 1.423.631 pessoas – número bastante expressivo. A maior parte dos empreendimentos – 40,8%, estão situados na Região Nordeste. Já a Região Sul abriga o maior número de cooperativas – 18,4% dos empreendimentos formalizados. Dos 19.708 empreendimentos, 54,8% atuam no meio rural, que são as organizações de agricultura familiar; 34,85 estão nas áreas urbanas e 10,4% se situam em ambas: urbana e rural (IPEA, 2016).

Estes e muitos outros dados apontados no mapeamento demonstram que a economia solidária se constitui em um projeto consistente no Brasil.

7 Cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Entre as organizações rurais categorizadas como economia solidária, estão as cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); tais cooperativas são referência no país, na produção de alimentos saudáveis, orgânicos e agroecológicos⁷, destacando-se como maiores produtores de arroz orgânico da América Latina.⁸

O MST surgiu em 1979 com as ocupações da Granja de Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul. O “embrião” do movimento é a resistência dos primeiros Indígenas contra a mercantilização e apropriação das terras pelos europeus portugueses, que favoreceram a

⁶ O Projeto de Lei 137 de 2017 – Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131528> - acesso em 29 de abril de 2019.

⁷ Alimentos orgânicos são produtos sem agrotóxicos. Já os alimentos agroecológicos além de sua produção ser sem agrotóxicos, leva-se em consideração o cuidado com quem trabalha na terra e o cuidado com o solo, com a biodiversidade enfim: com a natureza. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/03/alimento-organico-ou-agroecologico-entenda-a-diferenca-entre-os-modos-de-producao/> Acesso em 25 de abril.

⁸ Segundo BBC Brasil – disponível no link <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504> - Acesso em 24 de abril de 2019.

concentração da terra nas mãos de poucos. Hoje, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra está presente em 24 estados do Brasil, e conta com cerca de 350 mil famílias assentadas.⁹

Os assentamentos são espaços coletivos, antigos latifúndios desapropriados, antes pertencentes a um único dono e agora destinados a famílias que não dispõem de condições econômicas para aceder à terra. Nos assentamentos, abre-se a possibilidade de produzir, trabalhar e dar uma função social para a terra. A produção nos assentamentos assegura a subsistência das famílias, além de gerar renda. Conforme Singer (2000, p. 82) “a luta pela terra é por si só uma experiência de cooperação. No sentido de que os sem-terra tiveram de se juntar e se organizar para lutar pelo seu pedaço de terra”. Segundo consta no site do MST:

Uma das nossas principais contribuições para a sociedade brasileira é cumprir nosso compromisso em produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro. Fruto da organização de cooperativas, associações e agroindústrias nos assentamentos, procuramos desenvolver a cooperação agrícola como um ato concreto de ajuda mútua que fortaleça a solidariedade e potencialize as condições de produção das famílias assentadas, e que também melhorem a renda e as condições do trabalho no campo¹⁰

8 Serviço Social e a Economia Solidária

Para conhecer a aproximação entre a economia solidária e o Serviço Social, é importante consultar a produção teórica de profissionais que realizam o debate, produzem conhecimento e intervêm diretamente junto a empreendimentos, entidades de apoio, gestão pública e redes de economia solidária. São inúmeras as teses, dissertações, artigos, congressos profissionais, periódicos, entre outros. Há, sobretudo, assistentes sociais que se inserem em empreendimentos solidários, por acreditarem que este é um caminho de transformação social e pela possibilidade de estabelecimento de uma sociabilidade diversa daquela típica capitalista.

A sociabilidade que tem vigência no modo de produção capitalista se caracteriza pelas relações de mando e submissão. De acordo com Marx, dentro do sistema capitalista há duas classes centrais e com interesses distintos: a burguesia e o proletariado. A burguesia detém o monopólio dos meios de produção e o proletariado apenas vende sua força de trabalho. O pauperismo dentro da classe proletária é gritante, desde a Revolução Industrial até os dias de

⁹ Informações obtidas na obra de GOHN e no site oficial do MST: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82/> - acesso em 26 abr.2019.

¹⁰ Frase retirada do Site do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-producao/> - Acesso em 24 de abril de 2019.

hoje. A pobreza extrema, atrelada à desigualdade de poder, é uma problemática atual e considerada uma *questão social*.

A questão social, no século XXI, toma outras roupagens, diversas da época de Marx. O denominado por este autor “exército industrial de reserva”, que são os trabalhadores desempregados e prontos para serem acionados pelas classes dominantes, para o trabalho explorado, aumenta assustadoramente, a cada dia. Existe, atualmente, o fenômeno do denominado por Castel (2001), “enfraquecimento da condição salarial”, ou seja: trabalhadoras e trabalhadores são eliminados definitivamente da condição salarial e desenvolvem trabalho aleatório, precarizado, sem garantia de continuidade e de condições dignas e seguras de trabalho. São os chamados popularmente “bicos”. Segundo Pochmann (2001), o sobretrabalho, que é aquele desenvolvido em longas e extenuantes jornadas de trabalho, convive com a falta de trabalho.

Segundo o Relatório Oxfan de 2017 (p. 22), no mundo, “5% da população, que são os mais ricos, recebem por mês o mesmo que os demais 95% juntos”⁸. Ao mesmo tempo, o relatório Oxfan de 2019 informa que a pobreza tem aumentado e, na mesma proporção, também a riqueza concentrada nas mãos de poucos:

Somente no ano passado, a riqueza dos bilionários do mundo aumentou em US\$ 900 bilhões, ou US\$ 2,5 bilhões por dia. Enquanto isso, a riqueza da metade mais pobre da humanidade, 3,8 bilhões de pessoas, caiu 11% (OXFAN, 2019, p.12).

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, no ano de 2017 o Brasil era o décimo país mais desigual do mundo, sendo que há 193 países no planeta.

A extrema desigualdade gera o acirramento da questão social que está ligada, segundo José Paulo Netto (1999), à pobreza resultante do primeiro processo de Industrialização que ocorreu na Europa, e à capacidade de se produzir riquezas, estas, inacessíveis aos despossuídos. Montañó (2002, p.187) ressalta que “a questão social expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classes, a desigual participação na distribuição da riqueza social”.

O Serviço Social tem como projeto ético-político o enfrentamento à questão social e a própria transformação societária; os profissionais se posicionam ao lado da classe trabalhadora na luta de classes, conforme está explicitado nos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

A autogestão, que é princípio e característica central da economia solidária, converge com os princípios fundamentais da profissão, e aqui citamos os três primeiros: (1) reconhecimento da liberdade como valor ético central que – como bem ressalta Bonetti *et al*

(1996, p. 217), está relacionado à “autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. A autogestão se coaduna também com (2) a recusa do arbítrio e do autoritarismo e com a busca pelo (3) “aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”.

Por fim, o oitavo princípio do Código de Ética: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” – concorda com a luta da classe trabalhadora pela construção de uma nova sociedade, passa pela crítica à ordem social posta, onde seja erigida uma nova cultura do trabalho cooperado, autogerido, valorizado, respeitoso com a natureza, e de uma sociabilidade sem discriminação ou exploração.

9 Considerações finais

A economia solidária tem-se constituído, ao longo dos anos, em resistência ao que Singer (2000) denomina “ditadura do capital”, ou seja, o arbítrio e autoritarismo que se estabelecem na relação capital x trabalho.

A desigualdade social não é somente material, é *também* desigualdade de poder. As classes dominantes detêm, além dos meios de produção, também os meios de decisão, a concentração de riquezas e de informações. Essa combinação é que possibilita que as assimetrias sociais sejam gritantes.

Experimentos econômicos solidários podem ser tidos como “escolas de participação”: constituem-se em espaços de exercício da democracia e da cooperação, o que contribui para que se estabeleça um confronto menos desigual na participação político-cidadã, nas arenas do poder.

A economia solidária foi forjada junto aos movimentos sociais e muitas experiências estão organicamente a eles vinculados. Evocamos novamente Santos (2002) que denomina “alternativas econômicas não capitalistas”, àquelas que se forjam a partir da crítica à economia capitalista e desenvolvem práticas contestatórias. Inscrevemos nesta categoria, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que lança a crítica ao capitalismo e se movimenta de forma coerente com as práticas e valores colidentes com tais críticas: o MST persegue a reforma agrária (igualdade de recursos), atua em cooperação em todas as dimensões da vida social (crítica à concorrência) e desenvolve cuidado com a natureza (crítica à degradação ambiental).

Este artigo demonstrou vínculos consistentes entre o Serviço Social e a economia solidária. Profissionais têm contribuído em muitos espaços nos quais a economia solidária acontece: nos próprios empreendimentos, nos movimentos sociais, na gestão pública, nas universidades, nas entidades de apoio de um modo geral. A rica produção teórica acumulada do Serviço Social nesta temática é proporcional ao expressivo número de experiências que acontecem no Brasil, constatados no mapeamento realizado em 2016.

No entanto, um longo caminho ainda há que se percorrer para que se amplie a compreensão destes processos populares que têm ocorrido nos últimos anos e que a intervenção possa se qualificar a cada dia.

Referências

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

GUILLERM, A.; BOUDET, Y. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HOFBAUER, A. **Branqueamento e democracia racial**: sobre as entranhas do racismo no Brasil. Marília: Unesp, 2011. Disponível em: https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Vulnerabilidade social do Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2364b.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

MARX, Karl. **Guerra civil na França**. 2. ed. São Paulo: Global, 1986.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro primeiro. Tradução: Regis Barros; Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, C. Autogestão e economia solidária. *In*: SEMINÁRIO ESTADUAL DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO. **Anais** [...] Porto Alegre: Escola Sindical Sul, 2001.

NEILL, A. S. **Liberdade sem medo**. 14. ed. São Paulo: Ibrasa, 1973.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. *In*: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS. 1999.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO COOPERATIVISMO. **O que é a economia solidária?** 2016. Disponível em: [https://ecosol.dieese.org.br/o-que-e-a-economia-solidaria.php#:~:text=A%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20%C3%A9%20um,pr%C3%B3prios%20trabalhadores%20tamb%C3%A9m%20s%C3%A3o%20donos](https://ecosol.dieese.org.br/o-que-e-a-economia-solidaria.php#:~:text=A%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20%C3%A9%20um,pr%C3%B3prios%20trabalhadores%20tamb%C3%A9m%20s%C3%A3o%20donos.). Acesso em: 28 mar. 2019.

SINAPSE. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. 2017. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/a-distancia-que-nos-une-um-retrato-das-desigualdades-brasileiras>. Acesso em: 20 fev. 2018.

POCHMANN, M. **O abuso do sobretrabalho no Brasil**. Revista Valor: 2001.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo: **Projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.